

Ações embasadas na pedagogia social em um espaço de educação não formal:

busca por dignidade e emancipação
Otília Andressa Dal Evedove Pinto
Alessandra de Moraes

Como citar: PINTO, Otília Andressa Dal Evedove; MORAIS, Alessandra de. Ações embasadas na pedagogia social em um espaço de educação não formal: busca por dignidade e emancipação. *In:* SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade:** reflexões, diagnósticos e intervenções na pesquisa em educação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.59-90.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-014-3.p59-90>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

ACÇÕES EMBASADAS NA PEDAGOGIA SOCIAL EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: busca por dignidade e emancipação

*Otilia Andressa Dal Evedove Pinto*⁹
*Alessandra de Moraes*¹⁰

Introdução

As vivências com as quais somos apresentadas durante nossa trajetória podem nos fazer seguir por dois caminhos, o do conformismo ou o da transformação. Eu¹¹ escolhi transformar. Considerava-me uma pessoa solidária, mas ao iniciar a graduação em Pedagogia, no ano de 2016, e ter aulas de Filosofia, meu conceito de solidariedade foi se desconstruindo. Logo no segundo semestre do primeiro ano da graduação, fiz o curso de extensão: *A diversidade cultural, os saberes e as instituições educativas*, oferecido pela mesma Universidade em que cursava, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, que abordava as diferenças de infância em relação à cultura e época. Como parte do curso, eu e algumas colegas elaboramos um

⁹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, e candidata ao Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma instituição, São Paulo, Brasil. E-mail: dessa-dapl@hotmail.com

¹⁰ Professora Assistente junto ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano (DEPEDH) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: alemorais.shimizu@gmail.com

¹¹ O uso do pronome na primeira pessoa do singular é utilizado para se referir à autora principal deste texto (Otilia Andressa Dal Evedove Pinto), e se fez necessário para evidenciar suas vivências e respectivas implicações ao desenvolvimento do estudo, intervenções e reflexões realizadas. A segunda autora participou da pesquisa e do texto no papel de orientadora.

breve projeto com o objetivo de tratarmos os direitos das crianças e dos adolescentes, com base no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) (BRASIL, 1990). O desenvolvimento desse projeto se deu em uma unidade da *Casa do Pequeno Cidadão*, e foi nesse espaço que senti a necessidade de não ser apenas solidária e sim de ir além.

Em agosto de 2017, iniciei juntamente com duas amigas da graduação um trabalho voluntário em uma instituição do terceiro setor, localizada na periferia de uma cidade do Centro-Oeste Paulista, local bem simples, com pessoas que tentavam fazer algo pelo próximo, mesmo que de forma assistencialista. Foi então que a necessidade de tentar romper com o assistencialismo me fez buscar por uma base teórica e metodológica, a qual encontrei em Paulo Freire (1978) e na Pedagogia Social. Assim, tomei a decisão de realizar este estudo, de modo a desenvolver uma pesquisa na instituição em pauta, tendo como um dos propósitos refletir sobre os limites e alcances das ações realizadas no período em que atuei como voluntária e, depois, como pesquisadora.

Desse modo, este texto trata de um relato de experiência decorrente de uma investigação que teve como objetivo geral promover ações e reflexões que desencadeassem transformações nas relações de caráter assistencialista estabelecidas em uma instituição do terceiro setor. Foram objetivos específicos:

- Conhecer a história da instituição e a relação com a comunidade na qual está inserida;

- Desenvolver ações e criar estratégias com base na Pedagogia Social, com o intuito de envolver todos os atores nas atividades, de modo a aproximar a instituição da comunidade.

O Terceiro Setor e a Pedagogia Social

As organizações não governamentais (ONGs) são entidades sem fins lucrativos da sociedade civil que têm como propósito promover e defender uma causa política e social, fazendo parte do que denominamos de terceiro setor. A atuação dessas entidades costuma se dar por meio de instituições religiosas, associações de bairros, entre outros, e seu principal objetivo é atender alguma demanda que o governo não supre, atuando em comunidades menos favorecidas. O termo OSC (Organizações da Sociedade Civil) surge para fazer referência de forma mais recente às Organizações Não Governamentais. A função de uma OSC é a de proporcionar uma mudança de paradigma na sociedade, em especial nas comunidades marginalizadas e sem tantas oportunidades. Sendo assim, as OSC não pertencem a alguém e sim à sociedade em geral. Para se caracterizar como uma OSC é necessário que se possua CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica), que seja uma empresa privada sem fins lucrativos, institucionalizada, capaz de gerenciar suas próprias atividades, voluntárias ou não compulsórias. No Brasil, esses critérios correspondem a apenas três instituições jurídicas no novo Código Civil, são elas: associações privadas, fundações privadas e organizações religiosas.

De acordo com Grazioli (2018), a importância das instituições do terceiro setor pode ser conferida pelo número significativo de entidades associativas de interesse social que, nas mais diversas áreas de atuação, executam ações em benefício da sociedade civil, especialmente para aquela parcela mais carente de benefícios e oportunidades.

Com relação à Pedagogia Social, de acordo com Silva (2011), ela surge em momentos de rupturas sociais, sendo adotada no Brasil com a redemocratização do país, por meio da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em que novos sujeitos de direitos são colocados em evidência. A Pedagogia Social tem por intuito alterar a cultura escolar, transformando o aluno em ator principal do processo educativo.

Machado (2009, p. 11380), aponta que na Pedagogia Social “no cenário brasileiro, a prática se impôs à teoria”, o que gerou certa negação e resistência por parte de educadores escolares e acadêmicos em relação a ela. Nos dias atuais, mesmo com os avanços em relação aos trabalhos socioeducativos, o desconhecimento sobre a área é presente, até mesmo, entre seus trabalhadores, profissionais ou voluntários. Uma das razões que a autora aponta para esse desconhecimento, pode se dar pelo fato de que fora do ambiente escolar existam necessidades socioeducativas que atingem todas as faixas etárias e a sua relação se dá com a cultura, o lazer, o suprimento de necessidades básicas, o atendimento à população de risco, o trabalho, a formação continuada, a sustentabilidade e os direitos humanos.

Machado (2009) diz que ao olhar para a totalidade da Educação, observa-se que as políticas públicas, por serem focadas e fragmentadas, acabam por serem insuficientes para suprir todas as necessidades que a sociedade demanda. Dessa forma, surgem meios que tentem suprir tais necessidades e tal atendimento se dá por parte da sociedade civil, associações de moradores e igrejas. Para a autora, o fato de os projetos serem elaborados com base nas necessidades pontuais de cada comunidade, sem análise das possibilidades de implementação, dos fundamentos teórico-práticos, da qualificação

de seus profissionais e dos recursos necessários para sua manutenção, faz com que tanto na elaboração quanto na fase de implementação, não seja exigida a participação de educadores com habilitação específica. Assim, podem ser encontrados, atuando no campo socioeducativo, profissionais e voluntários de diferentes áreas e com diferentes níveis de formação, sem exigências de qualificação específica, o que pode incorrer em uma falta de compromisso com os resultados que se obtêm.

Paula e Machado (2009) afirmam que podemos verificar, no cenário nacional, que as demandas sociais estão exigindo uma nova concepção de Educação. Por meio de estudos realizados na vertente da Pedagogia Social, apontam-se novas discussões sobre o papel da Educação na formação dos sujeitos historicamente excluídos. Tais discussões remetem a uma análise crítica da história do curso de Pedagogia e como vem sendo realizada a inserção da Pedagogia Social e Educação não Formal nas últimas Diretrizes desse curso, as quais foram instituídas pelo Conselho Nacional de Educação em 2006 (BRASIL, 2006).

Paula e Machado (2009) também consideram a seguinte reflexão: se a Pedagogia assume um caráter mais social, o curso formará profissionais que também atuarão com uma visão diferenciada de Educação e sociedade? Qual deverá ser essa visão do educador?

Para melhor compreensão, as autoras definem os conceitos de Educação Não Formal, Educação Formal e Educação Informal. Assim tratam por Educação Formal, aquele tipo de Educação oferecida pelas escolas, tendo uma organização e sequência pré-estabelecida. Já a Educação Informal contempla todas as vivências

educativas no decorrer da vida do indivíduo, caracterizada por estar em constante processo e não organizada. Por último, temos a Educação Não Formal que segue uma estrutura e organização, porém distinta das escolas; esse tipo de educação pode levar a uma certificação, mesmo não sendo a finalidade dela, diferencia-se da Educação Formal devido a sua flexibilidade com relação a tempos, locais e adaptação dos conteúdos de aprendizagem oferecido a cada grupo.

Precisamos compreender essas diferenças conceituais quando estudamos a Pedagogia Social, para justamente nortearmos uma discussão a respeito do tempo e espaço onde acontece esse trabalho pedagógico. Por meio de levantamento bibliográfico, Paula e Machado (2009) perceberam uma incerteza na maioria dos textos, sobre os conceitos a respeito da estrutura e da finalidade da Educação Não Formal e da Pedagogia Social, também ressaltam que não pretendem desvalorizar a escola e o processo formal de aprendizagem, mas situar novas características educacionais e pedagógicas a serem trabalhadas na constituição do sujeito social.

O currículo mínimo que era utilizado desde as três regulamentações do Curso de Pedagogia (1939, 1962 e 1969) e possibilitava pouca flexibilização e inovações nos projetos das instituições formadoras, passa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) a ter possibilidades de discussões a respeito da formação de educadores para atuação em ambientes não escolares.

Segundo Silva (2011) no atual momento de construção teórica da Pedagogia Social no Brasil, precisamos entender o real motivo que leva o ser humano a procurar pelo aperfeiçoamento,

buscando se libertar das estruturas de opressão com relação às quais a própria sociedade o aprisionou, utilizando suas habilidades e capacidades como forma de romper com a lógica predatória individualista e competitiva que guia a vida na sociedade humana. Essa perspectiva tem a ver com definição de métodos e técnicas do trabalho sociocultural, socioeducativo e sociopolítico, pois as afirmações de verdades absolutas, ou não, acabam aprisionando os sujeitos por meio de paradigmas, comprometendo a sua própria existência.

Assim, Silva (2011) aponta a importância de considerar os três tempos histórico em que a Pedagogia Social precisa atuar passado, presente e futuro, pois é necessário que não se negligencie o passado, que se problematize o presente e que se dissocie o futuro do passado.

[...] a Pedagogia Social a ser construída no Brasil precisa, necessariamente, contemplar simultaneamente três tempos históricos: o passado, no sentido da problematização dos processos históricos que resultaram em negação de direitos, forte exclusão social e estigmatização de diversos segmentos sociais; o presente, no sentido de reaprendizagem de hábitos, costumes e tradições que sirvam de referências para as gerações que nasceram sob a égide do regime de exceção política; e o futuro, enquanto utopia desejável, mas que tem como desafio principal a redução do abismo social que separa ricos e pobres, e que constitui condição *sinequa non* para a edificação de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária. (SILVA, 2011, p. 167, grifos do autor).

A Pedagogia Social pode ter como aliada a Educação Popular, a qual no Brasil está associada, segundo Paula (2017) a

movimentos sociais, de alfabetização de jovens e adultos, dos Sem Terra, sindicais, da área da Saúde, da Educação, entre outros. No entanto, Paula (2017) aponta que poucas áreas dos movimentos sociais atuam em parceria com as universidades e que, atualmente, em função das crises políticas vivenciadas no Brasil, com grande reflexo na Educação, uma reconceitualização e retomada da Educação Popular, proposta por Paulo Freire está surgindo.

De acordo com Paula (2017), as universidades públicas militam por uma educação pública gratuita e de qualidade a todos, porém no mesmo espaço onde ocorre esta defesa, pouco ou quase nada de discute sobre a Educação Popular, tema que auxiliaria na construção de soluções coletivas para o enfrentamento dos problemas educacionais. A discussão da Educação Popular pouco está presente nos cursos de graduação em Pedagogia e licenciaturas, surgindo em algumas grades como disciplina isolada ou optativa, já em alguns programas de pós-graduação existe uma abertura maior para tal tema.

A nossa Educação vive “situações-limites” há muitos anos, e, assim como Freire (1978) já dizia, elas são apresentadas aos homens como algo determinado historicamente que, de forma esmagadora, não lhes dão alternativa a não ser a de se adaptar. Por sua vez, o homem não consegue transcender as “situações-limites”, uma vez que muitas vezes não percebem as possibilidades de as aceitarem ou negarem. Por outro lado, quando visualizam tais possibilidades podem migrar da “fronteira entre o ser e o nada” para a “fronteira entre ser e o mais ser”.

Ao perceber as “situações-limites” que me cercam, optei por transcender para a “fronteira entre ser e o mais ser” e, assim,

contribuir para que outras pessoas possam vislumbrar as opções que a cercam e decidirem por si mesma qual fronteira habitar.

Delineamento Metodológico

Esta pesquisa enquadrou-se em um estudo de caso com ações colaborativas, caracterizando-se como de metodologias qualitativas, de acordo com Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11) “[...] a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

A opção por esse tipo de pesquisa se deu com base em seu objetivo que é o de analisar as possíveis contribuições de uma atuação embasada na Pedagogia Social em uma instituição do terceiro setor, assim “[...] os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. Esse tipo de estudo é também chamado de “naturalístico” (BOGDAN; BIKLEN, 1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11). Para Ludke e André (1986, p. 18), “Os estudos de casos visam à descoberta. Mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos que podem emergir como importantes durante o estudo”.

Já para Ibiapina, Bandeira e Araújo (2016, p. 47), desenvolver a ação de colaborar é uma atividade complexa, que deve ser ensinada e pode sim ser aprendida quando os pares deliberadamente organizam espaços-tempo que propiciem esse aprendizado. A pesquisa foi protocolada no Comitê de Ética em Pesquisa da FFC-UNESP, Campus de Marília, tendo seu início após

parecer favorável, conforme a Resolução CNS 466/2012, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos.

Local e participantes

Foi realizada em uma OSC (Organização da Sociedade Civil), localizada em uma cidade do Centro-Oeste Paulista. A escolha da instituição surgiu por meio do trabalho voluntário que a pesquisadora realizava no local.

A instituição que nos recebeu foi fundada no ano de 2008 e é regida por seu estatuto e pela Lei Federal nº 9.790/99, de 23/03/99, pelo Decreto Federal nº 3.100/99 (BRASIL, 1999a, 1999b) e pela legislação que lhe for aplicável. Seu funcionamento ocorre aos sábados no período da manhã, possui em média 55 crianças cadastradas, atendendo a comunidade local e bairros do entorno. Além da presidente da instituição, conta com a colaboração de voluntários que atuam nas atividades da instituição.

Desenvolvimento e Resultados

Como já ressaltado, o funcionamento da instituição ocorria aos sábados no período da manhã, com oferta de café e almoço para crianças e jovens cadastrados; sendo que sua atuação era de natureza predominantemente assistencialista.

A faixa etária das crianças e jovens que ali frequentavam era de 03 a 19 anos, em que os jovens ajudavam a servir as refeições e, na medida do possível, auxiliavam no cuidado das crianças menores. No primeiro contato, foi possível perceber que as crianças e jovens ficavam sem supervisão durante o período que ali estavam. Tal problema se dava pela falta de voluntários na instituição, uma vez

que todo seu funcionamento acontecia mediante trabalho voluntário. Foi observado que não existia uma rotina pré-estabelecida, em relação aos horários de entrada e saída das crianças e jovens, e o registro de frequências era realizado pelas próprias crianças, o que ocasionava em um fluxo contínuo (saída e retorno das crianças e jovens).

Como primeiro contato, apresentamo-nos e conhecemos um pouco das crianças e jovens que ali estavam. Após nos conhecermos, pedimos para que desenhassem “o que gostavam e o que gostariam de fazer na instituição”. Algumas crianças e jovens desenharam o que foi proposto, outros apenas “o que gostariam de fazer” ou “o que gostavam de fazer”. Em relação ao que “gostariam de fazer”, quase todas as crianças desenharam balanço, escorregador, tanque de areia, piscina, sala de leitura, campo de futebol. Sobre o que “gostam de fazer” em alguns desenhos, ficou claro como apreciam a paisagem e do “ar” do local, além disso todos responderam que gostavam de brincar.

Conversamos com a fundadora e idealizadora do projeto para entendermos o motivo pelo qual o projeto tivera início; ela nos relatou que durante uma campanha da fraternidade na qual trabalhava, percebeu a necessidade de fazer algo pelo meio ambiente, assim conversou com o padre de sua paróquia sobre esse desejo de fazer algo além. A partir dessa conversa, nasceu a ideia da instituição, sendo que inicialmente a preservação do meio ambiente era o objetivo principal, mas devido à localidade em que a instituição se instalou, o social se fez necessário.

O projeto social começou com uma horta, que era cuidada pelas crianças atendidas na instituição (sem a participação de mais

membros da comunidade). As verduras produzidas ali eram doadas a algumas instituições municipais e, também, vendidas por um valor simbólico à comunidade local. No decorrer dos anos a comunidade cresceu muito, aumentando o número de casas e acabando com riachos e árvores que ali tinham, levando ao fim da horta. Com o fim da horta, a instituição começou a desenvolver projetos com a comunidade (e não mais somente com as crianças), abordando temas sobre a importância da preservação ambiental e realizando vários plantios de árvores, tanto na instituição como em outros locais.

Ressalta-se que a instituição não possui vínculo com o poder público, sua manutenção ocorre por meio de doações da sociedade civil e da renda obtida mediante ações desenvolvidas pela própria instituição (bazar e ações beneficentes).

Com base nos relatos da fundadora da instituição, das voluntárias, das crianças e jovens, assim como nas vivências ali obtidas, algumas ações foram desenvolvidas, sendo que tivemos dois momentos nas ações, um primeiro sem e outro com a base teórica da Pedagogia Social. Apresentamos um quadro geral com as ações realizadas na instituição em ambos os momentos, durante os anos de 2017, 2018 e 2019, de modo a especificar cada ação, seus objetivos, público-alvo, alcances e limites, e aspectos que desencadearam as ações seguintes.

Quadro 1 – Ações desenvolvidas na instituição

Sequência das Atividades	Objetivos	Público Participante	Alcances e Limites da ação	Disparador para as Próximas Ações
Sondagem do Local.	Conhecer o espaço, a dinâmica de funcionamento e a história do local.	Crianças atendidas pela instituição; fundadora da Instituição.	Reconhecimento do ponto de vista (expectativas) dos sujeitos que ali frequentavam. - Não ter acesso ao ponto de vista de outros membros da comunidade e suas considerações sobre a instituição.	Por meio da sondagem, foi percebido o interesse das crianças em conhecer novos espaços, dentre eles, a biblioteca.
Capital Cultural: visita à Biblioteca Municipal	Apresentar esse espaço e dinâmica de seu funcionamento.	Crianças atendidas pela instituição e voluntárias.	- Ter acesso a um novo espaço fora da comunidade. - Novas Vivências e experiências.	Necessidade de fomentar o acesso a bens culturais e o interesse pelo hábito de ler e escrever.
Cantinho da Leitura	Possibilitar o acesso a livros.	Crianças atendidas pela instituição e voluntárias.	-Leitura e contação de história. - Interação entre os pares. - Necessidade de um espaço que favoreça o ato de ler.	Criar necessidade de leitura e escrita.
Escrita Livre	Identificar e contribuir para o desenvolvimento da escrita e leitura e da livre expressão.	Crianças atendidas pela instituição.	- Escrever de forma livre a fim de favorecer a escrita. - Foi identificado que a maioria das crianças apenas reproduzia ou copiava a escrita.	Diante da dificuldade das crianças, buscou-se a parceria da comunidade local.

Reunião com a Comunidade	Fomentar/Intermediar a participação da comunidade.	Comunidade e Voluntárias.	- A comunidade não esteve presente na reunião.	Buscar estratégias para promover a participação da comunidade.
Ações para a festa de Natal.	Desenvolver ações para levantar fundos e, assim, realizar a festa de Natal em um outro espaço.	Crianças atendidas pela instituição, voluntárias e comunidade.	- Não foi possível envolver as crianças e a comunidade no processo. - Apenas voluntárias participaram das ações. - Levantamos o valor monetário necessário.	Falta de envolvimento da comunidade, sentindo-se a necessidade de fomentar e insistir em ações para integração.
Festa de Natal.	Realização da festa.	Crianças atendidas pela instituição e Voluntárias.	- Alcançamos o valor monetário para a realização da festa. - A festa foi realizada apenas para as crianças atendidas aos sábados, sem a participação da comunidade local. - Voluntárias e outros membros da instituição também participaram.	Apresentar novas formas de lazer e cultura.
Passeio ao Teatro.	Assistir a uma apresentação teatral. Acesso às manifestações artísticas e culturais.	Crianças atendidas pela instituição e voluntárias.	- Dificuldade para conseguir transporte. - Conhecer uma nova forma de expressão.	A necessidade de proporcionar o acesso a bens culturais e artísticos à comunidade.

<p>Construção de uma Brinquedoteca – O início.</p>	<p>Criar um espaço na instituição para leitura e brincadeiras.</p>	<p>Crianças atendidas pela instituição, comunidade, voluntárias e sociedade civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grande interesse das crianças. - Falta de espaço físico na instituição. - Pouca adesão da comunidade nas ações. - Necessidade de mais voluntários, para organização dos livros. 	<p>Proporcionar o acesso a mais bens culturais à comunidade.</p>
<p>Construção da Brinquedoteca A Organização e a escolha do nome para a brinquedoteca</p>	<p>Agrupar as crianças por interesse, para assim desenvolver as ações, escolher o nome para a brinquedoteca de forma democrática.</p>	<p>Crianças atendidas pela instituição, voluntárias, comunidade e sociedade civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de grupos por interesse. - Maior participação e empenho das crianças e voluntárias. - Organização dos materiais. - Escolha do nome por meio de votação. 	<p>A necessidade das crianças participarem ativamente do processo e das deliberações. Inauguração do espaço com a participação da comunidade local e outros membros da sociedade civil.</p>
<p>Festa de inauguração da Brinquedoteca</p>	<p>Apresentar à comunidade o espaço construído.</p>	<p>Crianças atendidas, voluntárias, comunidade e sociedade civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação da placa com o nome da brinquedoteca. - Participação de membros da sociedade civil. - Falta de participação de membros da comunidade local. 	<p>Fomentar a participação da comunidade local. Identificação de conflitos entre as crianças e entre as crianças e voluntárias, levantando a necessidade de ações de mediação voltadas para a qualidade das relações interpessoais.</p>

Jornal de Parede	Ouvir o que as crianças e voluntárias têm a dizer sobre a instituição.	Crianças atendidas pela instituição e voluntárias.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentaram problemáticas que não havíamos notado a falta de luz (energia elétrica) no banheiro. - Melhoria na relação entre voluntárias e crianças. 	Busca coletiva de resolução de problemas apontados pelas crianças e voluntárias, como por exemplo, melhoria das instalações elétricas no espaço.
A energia nos diversos espaços.	Realizar novas instalações elétrica na instituição. Envolver a comunidade local na ação.	Crianças atendidas pela instituição, voluntárias e comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização das instalações necessárias. - Falta de adesão da comunidade local e de voluntários na ação. 	A pouca participação da comunidade local em ações voltadas para a melhoria da infraestrutura da instituição, assim como a pouca adesão ao trabalho voluntário.
Busca por voluntários.	Incentivar o trabalho voluntário na instituição. Buscar parcerias com a sociedade civil.	Comunidade local e sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de novas parcerias. - Adesão de novos voluntários. - Maior visibilidade da instituição. - Visibilidade. 	Insistir na participação da comunidade local, devido à baixa adesão.
Reunião com a comunidade local.	Buscar na comunidade pessoas interessadas em desenvolverem ações voluntárias.	Comunidade e sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> - Maior participação da comunidade. - Criação de um grupo de WhatsApp, entre membros da comunidade e voluntariado. 	Participação da Comunidade. Identificação do alto índice de analfabetismo entre as mães das crianças atendidas.

Criação de uma Sala de EJA (Educação de Jovens e Adultos) na instituição.	Propiciar a oportunidade do acesso à Educação, para aqueles que não conseguiram cursar a Educação Básica.	Comunidade e sociedade civil.	- Parceira da Universidade Pública com a Instituição para o desenvolvimento da sala EJA. - Pouca Adesão por parte da comunidade.	Tentar compreender os reais motivos para não permanência dos estudantes no curso de alfabetização, mesmo a comunidade tendo sido consultada antes de seu início e ter demonstrado interesse.
---	---	-------------------------------	---	--

Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados da pesquisa

A seguir, com base nos objetivos de nosso estudo, faremos a descrição e análise de algumas das ações realizadas, tendo-se como foco aquelas fundamentadas na Pedagogia Social.

Capital Cultural: visita à biblioteca

Após a sondagem realizada no primeiro contato com a instituição, percebemos a necessidade de uma intervenção, pois as crianças demonstraram um grande interesse em conhecer e experienciar novos espaços. Em quase todos os desenhos e relatos, vimos que um espaço para leitura ou, até mesmo, uma biblioteca era de interesse comum entre elas.

Assim decidimos apresentar às crianças o que era esse espaço e entramos em contato com a biblioteca municipal para nos informar sobre a possibilidade de fazermos uma visita com as crianças, uma vez que nos deparamos com dois problemas: a instituição só funcionava aos sábados no período da manhã e não tínhamos recursos para custear o transporte até a biblioteca. Em

contato com os responsáveis da biblioteca, fomos informadas que naquele próximo sábado iria funcionar e que eles iriam nos fornecer o transporte para levarmos as crianças.

Dessa forma, fomos com aproximadamente quarenta crianças conhecer aquele espaço. No dia em questão, uma programação diferenciada estava acontecendo, com oficinas de mangá, escrita literária e contação de histórias. Ocorria também o lançamento de um livro, escrito por uma garota, com idade semelhante a da maioria das crianças atendidas pelo projeto, e, assim como eles, era aluna de uma escola pública do município. Assim, as crianças participaram dessas atividades e de uma pequena palestra sobre o funcionamento da biblioteca, sobre quais os critérios para se ter uma carteirinha, entre tantas outras informações.

Ao retornarmos à instituição, novos anseios surgiram, foi então que os desejos de escrever um livro como a garota que conheceram, ter uma biblioteca na instituição, poder ler mais e mais livros, foram surgindo entre as crianças.

Camors (2011) nos traz o conceito de cultura vista pela ótica da Pedagogia Social como algo diverso, repleto de complexidades, o que acaba gerando uma indefinição em relação ao seu significado e sua utilização. Para o autor pode-se resumir cultura por meio dos seguintes significados: como padrões de comportamento, informação e conhecimento que se aprendem e transmitem de geração a geração, como parte de um processo de ensino e aprendizagem, são maneiras de ver o mundo, vivê-lo, interpretá-lo e atribuir algum tipo de significado à realidade, dentro de um grupo social. Nessa perspectiva, ofertar novos conhecimentos sobre cultura e lazer, é essencial para o desenvolvimento integral do ser humano.

Portanto, o capital deve ser também cultural, pois por meio dele as relações se alteram, elevando o nível de consciência sobre o que se busca e para que se busca.

Escrita Livre

Conforme iam aumentando seu repertório cultural, algumas crianças começaram a demonstrar interesse em escrever, iniciando com as cópias das histórias contidas nos livros que liam, já outras crianças criavam as próprias histórias. Foi então que inspiradas na Pedagogia Social, iniciamos o projeto de escrita livre, com o intuito de as crianças poderem se expressar por meio da escrita.

O projeto teve início com a doação de cerca de cinquenta cadernos por um grupo de parceiros. No caderno, as crianças poderiam escrever o que quisessem e leríamos apenas com a permissão delas, algumas crianças escreviam sobre os acontecimentos que ocorriam com elas durante a semana, outras realizavam cópias dos livros, replicavam o cabeçalho que faziam na escola, desenhavam, escreviam músicas e apenas uma ou duas crianças criavam histórias.

Entre as crianças percebemos que tínhamos um menino com habilidades artísticas e muita necessidade de ser alimentado de arte e cultura. Esse jovem escreveu uma história e nos pediu para lermos. Ao lermos a história percebemos que tinha coerência e coesão, mas ao mesmo tempo a história nos preocupou, pois relatava uma situação de *bullying*, com um final trágico. As características do personagem que estava passando pela situação eram as mesmas do jovem. Diante disso, procuramos conversar e saber como estavam as

coisas na escola, se ele estava passando por algum problema, mas o mesmo negou.

Para Silva (2011), a pessoa humana é o valor-fonte de todos os valores, e traz consigo a cultura do conhecimento, de uma maneira inacabada. Assim, surgindo a linguagem como uma de suas formas de expressão comunicativa, em que o homem por meio dela cria novas coisas, expressando e indagando acontecimentos que o cercam, tenta interpretar tais acontecimentos individuais ou não e transformá-los em um bem coletivo.

Construção da Brinquedoteca

À medida que novos conhecimentos foram sendo apresentados e apropriados pelas crianças, vimos a necessidade de intervir a fim de tentar sanar as dificuldades educacionais que as crianças apresentavam. Assim, reconhecemos a demanda de ter um espaço apropriado para o desenvolvimento dessas ações.

Mas, junto com tal necessidade surgiam as problemáticas da instituição, tais como falta de espaço físico construído e a falta de recursos financeiros, para a construção de um novo espaço.

Foi em conversa com as crianças que pensamos em uma solução paliativa: utilizaríamos uma parte da única sala existente na instituição, a qual era utilizada pelas crianças para diversas atividades, até mesmo como local para realizarem as refeições. Então, questionávamos sobre o que poderia ser alterado.

Caliman (2011) aponta para o fato de que a população socialmente excluída, em sua maioria crianças, adolescentes e jovens, encontrou nos espaços de educação não formais o apoio necessário para superar as condições que os exclui. O autor ressalta a variedade

de atividades, projetos e ações ofertadas nesses espaços, por meio de metodologias diversas, o que não descaracteriza a importância da educação escolar, mas torna esses espaços um meio de contribuição para que novos conhecimentos e estruturas sociais sejam construídas.

Durante todo o processo de construção da brinquedoteca, as crianças foram protagonistas e não apenas espectadoras. As funções para o trabalho foram sendo divididas, pois foram realizadas as seguintes atividades: a separação de alguns livros que já possuíamos na instituição, a captação de recursos e doações de livros, brinquedos e materiais que seriam de utilidade.

Com parte das ações sendo desenvolvidas, faltava escolher o nome da brinquedoteca, partindo dos pressupostos de Moura (2011, p. 205): “[...] o indivíduo deve estar no centro da construção das estratégias de enfrentamento de conflitos egressos dos processos de socialização, mas sempre com a firme decisão de atores individuais e institucionais”. Desse modo, realizamos uma roda de conversa com as crianças envolvidas, e fomos elencando os nomes sugeridos para realizarmos uma votação. Falamos sobre a democracia e a sua importância para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária; uma das voluntárias sugeriu que criássemos “títulos de eleitores”, assim simulamos todo o processo de uma eleição, com direito a colher digital e contagem de votos. Então de forma democrática o nome da brinquedoteca foi escolhido, “Brinquedoteca Semente do Amor”.

Como parte da aprendizagem social, decidimos que nosso pequeno espaço deveria ser inaugurado com todas as honrarias de um espaço público. Então começamos mais uma movimentação

para arrecadar doações e realizarmos nossa festa. As crianças atendidas na instituição confeccionaram convites para seus responsáveis, e por meio das redes sociais convidamos a sociedade civil.

Então realizamos uma linda festa, com a participação das crianças, alguns membros da sociedade civil, equipe de TV local e equipe de voluntárias. Já a comunidade e os responsáveis pelas crianças não estiveram presentes.

O objetivo total de uma ação só é alcançado por meio da dialética entre comunidade e instituição. O fato dos responsáveis pelas crianças e jovens não estarem presentes na festa pode ter ocorrido por vários motivos: falta de comunicação com a instituição, questões relacionadas ao trabalho (horário e dia da festa) e a falta de sentido atribuída a ação em si. Para Moura (2011), os indivíduos se libertam de fato quando conseguem transformar a ajuda que recebem, por meio das possibilidades que encontram através da Educação e dos serviços sociais ofertados a ele, mesmo que de maneira precária.

Jornal de Parede

Durante o desenvolvimento de algumas das ações supracitadas, foram identificados alguns conflitos recorrentes na instituição, entre as próprias crianças e entre as crianças e a equipe de voluntárias. Os conflitos entre as crianças costumavam ocorrer durante a semana dentro da escola enquanto entre voluntárias e crianças também ocorriam por problemas fora da instituição, assim, criava-se um tratamento hostil. Com base nesse contexto, resolvemos utilizar uma das técnicas desenvolvidas por Celestin

Freinet (1896-1966), educador francês responsável por criar uma metodologia democrática de Educação, visando superar as contradições sociais. A técnica que fizemos uso é intitulada “Jornal de Parede”, a qual funciona com três apontamentos o “Eu Critico” onde em um pedaço de papel a criança escreve uma crítica, “Eu Felicito” em que a criança escreve um elogio e o “Eu Sugiro” onde a criança faz sugestões. Em relação a cada um desses aspectos, a criança não deve se direcionar a uma pessoa em específico, devendo ser apontadas as ações e não os sujeitos.

Explicado para as crianças e voluntárias como funcionaria a atividade, foram distribuídos três pedaços de papel para cada pessoa e, conforme escreviam, colocavam cada papel no espaço determinado em um painel de pano com um bolsão para cada aspecto.

Separamos e sintetizamos o que cada Crítica, Felicitação e Sugestão apontavam. Nas críticas notamos que as voluntárias não se sentiam respeitadas pelas crianças, mas que o mesmo acontecia por parte das crianças que também não se sentiam respeitadas pelas voluntárias. Também foi apontada a necessidade de instalação de luz elétrica no banheiro da instituição. Entre as felicitações estavam: o agradecimento pela refeição que recebiam, pelas atividades que estavam sendo realizadas e pelos livros e brinquedos que receberam para a brinquedoteca. Já as sugestões eram diversas, como realizar mais passeios, ter iluminação no banheiro, que as crianças cuidassem melhor dos materiais, que respeitassem as voluntárias e que fossem respeitadas pelas voluntárias e pelos colegas.

Souza Neto (2011, p. 210) aponta que “uma sociedade solidária, orientada pelo eixo da caridade, busca a equidade e a

justiça”. Dessa forma, percebemos que as crianças compreendiam o ato de solidariedade atrelado à caridade desenvolvida pelas voluntárias, porém por não terem suas opiniões e sugestões levadas em consideração, as quais muitas vezes eram interpretadas como desrespeito por parte das voluntárias, as relações não ocorriam de maneira harmoniosa, em determinadas situações.

Ainda segundo Souza Neto (2011, p. 213), “os indivíduos possuem imperfeições e se unem para superá-las por meio de compromissos morais”. Fazer com que os adultos compreendam que as crianças devem ser ouvidas, respeitadas e protegidas é uma tarefa árdua, afinal foi apenas em 1988, por meio da Constituição, que as crianças passaram a ser consideradas cidadãs detentoras de direitos e deveres, o que foi consolidado pelo ECA em 1990.

Reunião com a Comunidade

Após uma primeira tentativa frustrante de comunicação com a comunidade local, foi preciso pensar em estratégias para que nesse segundo momento essa se fizesse presente, para que pudéssemos compreender o que de fato a comunidade considerava como necessário.

Souza Neto (2011, p. 214) afirma que “o diálogo é condição para desencadear um processo pedagógico no qual o homem seja reconhecido como sujeito”. Visando ter esse diálogo com a comunidade local, usamos da seguinte estratégia: durante as sextas-feiras algumas mães e membros da comunidade se dirigiam até a instituição para retirar um litro de leite, que é outro programa desenvolvido na instituição em parceria com uma universidade privada do município. Assim, agendamos a reunião com a

comunidade em uma sexta-feira no horário da entrega do leite, o qual poderia ser retirado ao final da reunião.

Por meio dessa estratégia, cerca de cinquenta por cento dos responsáveis pelas crianças e jovens ali atendidos, estiveram presentes na reunião. A comunidade trouxe seus anseios e inquietações em relação à instituição e os serviços ali oferecidos. A maneira como as relações eram estabelecidas entre comunidade, voluntários, crianças, jovens e instituição, foram assuntos discutidos, levando à reflexão dos motivos pelos quais a comunidade se mantinha distante das ações ali desenvolvidas, dentre eles a falta de uma comunicação eficiente e a maneira como a comunidade e as voluntárias se tratavam.

Souza Neto (2011, p. 214) ressalta que “não basta tomar consciência; a educação deve provocar o desenvolvimento da atitude crítica de reflexão e indignação que leve a um compromisso com a ação libertadora”. Boa parte da comunidade acreditava que a instituição era uma entidade pública, e não tinham o conhecimento de que as ações e serviços ali ofertados aconteciam mediante o trabalho voluntário. Também foi reconhecida, por parte da comunidade, a sua falta de participação nas ações realizadas na instituição. A instituição, por sua vez, percebeu que a falta de comunicação mais eficiente com a comunidade dificultava a participação em suas ações. Então foi criado um meio de comunicação, a fim de que as decisões cabíveis à discussão, fossem tomadas no coletivo, ouvindo todos os envolvidos no processo.

Ao compreenderem que a instituição é fruto da ação coletiva e voluntária, em que os sujeitos pertencentes àquela comunidade se articulam em busca de alterar o contexto no qual estão inseridos, e

que todas as ações ali desenvolvidas são refletidas naquele espaço, mas não somente nele, favorece-se a construção do sentimento de pertencimento, fundamental para a ação consciente e emancipatória sobre a realidade.

Criação de uma Sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ao participar do processo de recadastramento e cadastramento das crianças atendidas pela instituição, percebemos que a maioria das responsáveis pelas crianças não era alfabetizada ou possuía pouquíssima alfabetização, conseguindo apenas assinar seus nomes, o que nos gerou inquietação.

A Pedagogia Social traz consigo, por meio de uma prática ética o desejo de justiça, de erradicação do mal-estar social e pessoal, o que nos aponta Souza Neto (2011). Portanto seguindo tais princípios, buscamos na universidade pública uma maneira de auxiliar essas mulheres que se encontravam em uma situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Desse modo, conversamos com o docente responsável na universidade pela área de *Alfabetização de Jovens e Adultos*, e a primeira pergunta que o professor nos fez foi: “As pessoas realmente querem as aulas?”. Assim, uma reunião com a comunidade foi realizada e, na ocasião, foi explicado como funcionaria, quem poderia participar e se a comunidade teria interesse. As participantes da reunião manifestaram interesse e se dispuseram a falar com as demais pessoas da comunidade. Nos dias seguintes, membros da comunidade se dirigiram até a instituição a fim de realizar a inscrição para as aulas. Tivemos cerca de dez inscritas, quantidade considerada ideal, de acordo com o professor.

Assim, comunidade consultada e alunas já inscritas, foi firmada a parceria entre a FFC/UNESP e a instituição para desenvolvermos o curso de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), sendo que uma bolsista foi direcionada para ministrar as aulas, e todo o material necessário era fornecido pelo projeto.

Souza Neto (2011) define o ato de libertação como o ato de amar, de dialogar, lutar e ter esperança. Ao levar uma sala de EJA para a instituição, o intuito foi romper com as situações de opressão, pois essas mulheres dependiam de terceiros para tudo, o que as colocavam em uma situação de vulnerabilidade, exclusão e opressão. Porém, o fato de terem sido consultadas e terem se matriculado no curso não foi o suficiente para que frequentassem as aulas, pois, das dez inscritas, menos da metade chegou a frequentar as aulas. Ocorreu cerca de quatro encontros com a frequência de duas alunas, o que levou ao fim do projeto, afinal era exigido um número mínimo de alunos(as).

Como Freire (1978) já nos dizia, enquanto os oprimidos não tomarem consciência das razões do seu estado de opressão, aceitando fatalistamente a sua exploração, e assumindo, provavelmente, posições passivas em relação à necessidade de sua própria luta em busca da conquista de sua liberdade, não temos o “poder” de libertar ao outro, e sim de nos libertarmos.

As ações que foram desenvolvidas durante o período que fui voluntária e posteriormente como pesquisadora, nem sempre ocorreram como foram objetivadas, pois em algumas situações acabávamos replicando as ações de cunho assistencialista. Romper com o assistencialismo leva tempo e não é nada fácil, o mais difícil é a tomada de consciência de quem pratica como de quem recebe,

afinal para ambos os lados é algo aparentemente bom, pois supre uma necessidade imediata e pontual. Desse modo, os conhecimentos da Pedagogia Social foram fundamentais para realizarmos uma reflexão sobre os alcances e limites das ações desenvolvidas ressaltando-se a dificuldade em envolver a comunidade em todo o processo.

Considerações Finais

As intenções e ações sempre são as melhores, talvez as melhores possíveis para o momento, com os recursos disponíveis, porém muitas das ações ainda permanecem paliativas e pontuais, não geram grandes mudanças no contexto da comunidade. As mudanças só poderão de fato ocorrer quando ações favorecerem a reflexão. Souza Neto (2011, p. 214) enfatiza que “para que o oprimido possa modificar-se e mudar o outro e a realidade social, é necessário tomar consciência de sua opressão.”

Em minha busca por uma metodologia que conseguisse unir ação imediata com a participação dos sujeitos no processo, gerando um novo conhecimento e uma nova prática, encontrei na Pedagogia Social o respaldo e a fundamentação teórica.

A pedagogia social tem que se articular com o processo de libertação no contexto da desigualdade socioeconômica e cultural brasileira e, a partir dele, formar e criar seus conteúdos. De fato, a pedagogia social tem contribuído para influenciar o processo de transformação dos programas e a superação das práticas assistencialistas. Ela intervém nos espaços e nos acontecimentos não propriamente educativos, de modo a influenciar os programas sociais e as políticas públicas. (SOUZA NETO, 2011 p. 232).

Compreendo que a busca por mudanças sociais deva ser o combustível dos educadores, mas não somente deles, que todos os seres sociais consigam de alguma maneira compreender que a mudança que se busca inicia-se no agir, que rompe com as situações de opressão que nos cercam, deva ser uma luta diária, uma tomada de consciência constante. Freire (1978, p. 108) já nos dizia que “é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções”. Assim, sigo criando novos ideais e germinando a semente da libertação nos corações e mentes dessas crianças e jovens, pois entendo que por meio deles atingimos toda uma sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266.
Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei da qualificação como organização da sociedade civil do interesse público** – Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, 1999a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 3.100, de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a lei n.º 9.790, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências, 1999b. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho pleno. **Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

CALIMAN, G. Pedagogia Social: contribuições para a evolução de um conceito. *In*: SILVA, R. et al. (Orgs.). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. p. 236-259.

CAMORS, J. Uruguai - Lo Social: um camino para recuperar identidades. *In*: SILVA, R. et al. **Pedagogia social: contribuições para**

uma teoria geral da educação social. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. p. 146-160.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRAZIOLI, A. O Conselho Fiscal como instrumento de transparência nas organizações da sociedade civil. O terceiro setor na modernidade: uma visão do hoje e do amanhã. **Escola Aberta do Terceiro Setor**. Disponível em: <http://ead.escolaaberta3setor.org.br/mod/resource/view.php?id=3718>. Acesso em: 13 jan. 2018.

IBIAPINA, I. M. L. D. M.; BANDEIRA, H. M. M. B.; ARAÚJO, F. A. M. (Orgs.). **Pesquisa colaborativa: multirreferenciais e práticas convergentes**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2016.

LÜDKE, et al. A abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, E. M. Pedagogia Social no Brasil: Políticas, Teorias e Práticas em Construção. **EDUCERE**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 11380-11392, out., 2009.

MOURA, R. Pedagogia Social: o conceito, o legado alemão e os desafios para sua reconstrução na América Latina do século XXI. In: SILVA, R. et al. **Pedagogia Social: contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. p. 190-206.

PAULA, E. M. A. T. D. Pedagogia Social e Educação Social: análise das convergências e divergências teóricas dessas áreas. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 15, n. 2, p. 8-29, 2017.

PAULA, E. M. A. T. D; MACHADO, Érico Ribas. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 223-236, 2009.

SILVA, R. Visões e concepções necessárias a uma teoria geral da educação social. *In*: SILVA, R. et al (Orgs.). **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. p. 166-189.

SOUZA NETO, J. C. D. Ecos da Teologia da Libertação na Pedagogia Social. *In*: SILVA, R. et al. **Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2011. p. 207-235.